
Estado da Arte sobre o ingresso de estudantes do sexo feminino na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN)

State of the Art on the admission of female students at the Federal Technical School of Rio Grande do Norte (ETFRN)

Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio

Gilmara Catarine Dantas Costa

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Natal-RN-Brasil

Resumo

A temática deste estudo discute sobre o ingresso das mulheres na condição de alunas no período (1968-1998) da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). O objetivo é reunir estudos acerca dessa temática a fim de mapear e discutir a produção acadêmica realizada entre os anos de 2017 a 2020. Metodologicamente, trata-se de uma abordagem quantitativa e qualitativa, subsidiada por pesquisa bibliográfica sobre gênero, educação profissional feminina e memória da ETFRN. Os resultados apontam que a ETFRN, ao longo de sua trajetória de redemocratização, concentraram esforços para consolidação no ingresso das mulheres à educação profissional. Porém, em relação ao conhecimento produzido, percebe-se a invisibilidade sobre a temática, visto o número diminuto de discussões e pesquisas.

Palavras-chave: História das Mulheres; História da Educação Profissional; Produção de Conhecimento.

Abstract

The theme of this study discusses the entry of women as students in the period (1968-1998) of the Federal Technical School of Rio Grande do Norte (ETFRN). The objective is to gather studies on this theme in order to map and discuss the academic production carried out between the years 2017 to 2020. Methodologically, it is a quantitative and qualitative approach, supported by bibliographical research on gender, female professional education and memory from ETFRN. The results indicate that the ETFRN, throughout its history of redemocratization, concentrated efforts to consolidate the entry of women into professional education. However, in relation to the knowledge produced, the invisibility of the theme is perceived, given the small number of discussions and research.

KEYWORDS: Women's History; History of Vocational Education; Knowledge Production.

Introdução

Percebe-se que, no contexto inicial, a Educação Profissional tinha como foco majoritário atender áreas de ensino e, conseqüentemente, de trabalho, ocupadas pelo público masculino. Com as mudanças na sociedade, avanço do capitalismo, ascensão do industrialismo e a modernização dos centros urbanos, o ingresso feminino no mercado de trabalho passou a ser uma necessidade, segundo Del Priore (2020, p. 131) sobre o trabalho feminino “nas cidades industrializadas, crescia o número de operária. De acordo com o Censo de 1920, as mulheres representavam 52,4% da força de trabalho nas fábricas de tecidos de algodão no Brasil”.

Por meio desta nova possibilidade, as instituições de Educação Profissional precisaram se alinhar às novas demandas: as mulheres passaram a participar de cursos profissionalizantes e o mercado a ofertar emprego para elas. Temos aqui um ponto importante a ser discutido: as mulheres ingressaram em instituições de educação profissional, mais especificamente em cursos que eram considerados culturalmente relacionados aos homens.

Diante dessa proposição, o presente trabalho ilustra, de forma breve, os estudos engendrados sobre o ingresso das mulheres na Educação Profissional do Rio Grande do Norte, mais precisamente, o acesso de estudantes do sexo feminino na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), na década de 1970.

Iremos situar brevemente o seu contexto. Em 1968, a Escola passa a ser chamada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), denominação que perdurará até o final da década de 1990. Ressaltamos que, em 1975, foi matriculada a primeira aluna – Nelma S. Marinho de Bastos – na ETFRN, no curso de Edificações. Em 1979, assume a direção Marcondes Mundim Guimarães, sendo substituído em 1985 por Luzia Vieira de França, que fica à frente da ETFRN até 1991 (PEGADO, 2006).

O que resulta como objetivo neste artigo é elencar os estudos que tiveram como a temática o perfil do alunado feminino, inseridas na ETFRN. Após esse levantamento, foram feitas tabelas para quantificar essas produções acadêmicas; além disso, partimos para a análise dos textos que se relacionaram com a proposta.

Metodologicamente, o estudo se sustenta por pesquisas bibliográficas e de caráter investigativo. A coleta de dados foi ancorada em dois repositórios: a Revista Brasileira de

Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para ampliar a pesquisa, foram realizadas buscas no Google Acadêmico.

Quanto à abordagem, deu-se de forma quantitativa e qualitativa, já que foi necessário contabilizar a coleta de textos acadêmicos, para que depois pudéssemos descrever e interpretar a situação estudada.

Conscientes que a pesquisa bibliográfica serve para contextualizar a produção do conhecimento, compreendemos como um procedimento metodológico, que são necessárias, portanto, análises, leituras de textos, as aproximações sucessivas a respeito do tema em que o pesquisador precisa estar em constante revisão.

Logo, trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos conteúdos investigados, de leitura, de interlocução crítica com o material bibliográfico, e isso exige vigilância epistemológica, de acordo com Lima e Miotto (2007).

Neste estudo, tivemos como referência teórica, autores que tratam sobre as relações de gênero na educação feminina e sobre a história das instituições escolares, em destaque, a história da ETFRN. Para compreender sobre as relações de gênero, utilizamos: Melo, Thomé (2018); Arend (2012). Para educação profissional: Kuenzer (2008); Manfredi (2016); Cunha (2005), Demartini e Antunes (1993) e outros. Para a memória da ETFRN, utilizamos o Portal da Memória do IFRN e o próprio site institucional; além de publicações acadêmicas de: Pereira, França (2015); Queiroz, Souza (2017); Oliveira, Pereira, Demoly, Costa (2020). Quanto à história de instituições escolares, foi utilizado Gatti Júnior, Gatti (2015).

Além da Introdução e das Considerações Finais, o presente artigo está organizado em mais três seções, são elas: Fundamentação teórica, Metodologia e Resultados e Discussões. Na primeira parte, Introdução, foi apresentado a temática discutida, as referências, a metodologia utilizada e a organização e composição do artigo; na segunda, Fundamentação Teórica, dividida aqui em 2 subitens - A educação para mulheres, Uma instituição centenária: trajetória da ETFRN - foram desenvolvidas discussões sobre temáticas imprescindíveis à construção desse artigo; na terceira parte, Metodologia, expomos sobre os desdobramento e caminhos adotados para a construção da presente pesquisa; na quarta seção, Resultados e Discussões, os dados obtidos foram discutidos e apresentados; por último, apresentamos a conclusão.

Referencial teórico

Sabe-se que historicamente sempre existiu barreiras à participação feminina em atividades realizadas fora do espaço doméstico, a atuação das mulheres era restrita apenas ao cuidado com o lar e a família - o que podia incluir os pais ou outro parente próximo, em caso de não contrair casamento, ou marido e filhos - sendo negado, por muito tempo, o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Afinal, toda mulher vinha ao mundo com uma nobre missão, ser esposa e mãe, sendo a “timidez e ignorância suas principais características” (Campos,1985, *apud* DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 6).

Para melhor compreensão da temática discutida, é necessário delinear alguns marcos históricos imprescindíveis para o desenvolvimento e avanço do projeto educacional feminino.

O início da educação brasileira foi marcado pela forte atuação dos Jesuítas, religiosos enviados pela Coroa Portuguesa para “instruir e educar” os nativos, os pobres e os colonos ricos. Faz-se importante mencionar a natureza desse processo educacional, segregador, aos índios era ensinado o catolicismo, aos pobres ofícios e aos colonos ricos uma formação direcionada ao “refinamento” intelectual e cultural (DEMARTINI, ANTUNES, 1993).

Entretanto, esse modelo educacional não incluía o sexo feminino, as mulheres não tinham espaço na educação empreendida pelos Jesuítas, elas deveriam dedicar-se apenas as tarefas próprias de seu sexo, como os afazeres domésticos e outras atividades ligadas ao lar (DEMARTINI, ANTUNES, 1993).

Este cenário se estendeu até as primeiras décadas do século XIX. Foi apenas com o início do processo de Independência do Brasil, em 1822, que o contexto educacional feminino teve uma mudança significativa. Por meio da Lei de 15 de outubro de 1827:

a mulher adquiriu o direito à educação, através da criação de escolas de primeiras letras para meninas. Com isso também surgiram as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério primário, e sua possibilidade de instrução foi ampliada (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 6).

Pois apenas mulheres poderiam instruir mulheres, o que fazia do magistério uma das poucas possibilidades respeitáveis de inclusão da mulher no mercado de trabalho.

Ainda no século XIX, defendia-se a teoria de que as mulheres teriam a capacidade intelectual inferior à masculina e que por isso não deveriam seguir o mesmo modelo de educação. Segundo Demartini e Antunes (1993, p. 7) existiam:

diferenças naturais entre os sexos, tais como caráter, temperamento e tipo de raciocínio, acabaram influenciando todas as medidas adotadas na área educacional, acentuando ainda mais os preconceitos e a ordem estabelecida.

Essa diferença era percebida na organização curricular da educação para meninas e nos salários das mestras, visto que elas não podiam lecionar o mesmo número de disciplinas dos professores do sexo masculino. A exemplo disso, Louro (2002, 443-444) explica:

ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Esses anjos do lar, expressão adotada por Virgínia Woolf para referenciar o modelo ideal feminino, concepção empreendida aqui para designar o ministério natural de cada mulher, deveriam ser protegidas e polpadas dos arroubos da vida em sociedade, para isso sua educação deveria seguir um modelo, proporcionando recato e pudor. Nada poderia entreter ou desviar as damas de sua missão, cuidar da família (donas de casa eficientes, companheiras agradáveis e educadoras de seus filhos).

As mudanças estreadas no cenário brasileiro no final do século XIX e início do XX - abolição da escravidão, avanço da industrialização, urbanização dos grandes centros e o ingresso definitivo no sistema capitalista - foram em larga medida responsáveis também pela expansão das possibilidades educacionais para “sexo frágil”, uma vez que alterou as necessidades e a participação de cada membro da sociedade.

Com o advento da República do Brasil, o país passou por mudanças significativas em vários setores da sociedade e coube a educação o valoroso papel de transformar a economia e esse “novo povo”, agora muito distante dos princípios empregados enquanto colônia de Portugal.

Segundo Arend (2012, n.p), foi nesse novo contexto que a mulher ganhou certa valorização social por seu papel de ‘mãe’ e ‘educadora’: para que o cumprisse bem, era preciso estar preparada. Essa ideia ampliou as preocupações com a questão da educação formal de meninas e moças”. Dessa forma, Arend (2012, n.p) explica:

desde o início do século XX, a sociedade brasileira esperava que as mulheres desempenhassem novos papéis no âmbito doméstico e na esfera pública. A escolarização em larga escala das meninas está associada a esse fenômeno socioeconômico. Foi a partir dessa época que as filhas das famílias das elites

*O ingresso feminino de estudantes na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte -ETFRN
(década de 1970)*

e dos setores médios passaram a frequentar o curso primário, o ginásio e, eventualmente, o secundário nas escolas confessionais católicas femininas e de outras congregações religiosas presentes nas capitais dos estados da federação.

Por meio desses estudos, confirmamos que, no século XX, no Brasil, a educação tornou-se um bem coletivo essencial, imprescindível para a inserção social e desenvolvimento econômico da nação. Esse avanço foi mais significativo a partir dos anos 1930, quando as mulheres conquistaram o direito de voto, algumas se escolarizaram e a vida feminina foi lentamente se transformando (MELO; THOMÉ, 2018).

Nota-se que aos poucos a educação foi deixando de ser um privilégio apenas masculino. Contudo, até a década de 1950 o número de jovens do sexo feminino que conseguiam concluir o ensino secundário era muito pequeno. Comparando as poucas expectativas femininas, Ensino Secundário, e os benefícios advindos do sexo masculinos, oportunidade de realizar um curso superior, ainda existiam muitos desafios a serem superados (AREND, 2012).

As batalhas continuavam pelo acesso à educação, pelo acesso à escola, pela qualidade do ensino. Apesar do indicativo do censo demográfico apontar diminuição do analfabetismo nos anos 1960; porém, as mulheres permaneciam dominantes na parcela de analfabetos. Apenas na década de 1990, com a adoção de políticas de universalização para a educação básica, temos indicadores educacionais mais favoráveis às mulheres. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, no governo João Goulart, tivemos aumento na participação feminina no sistema universitário (MELO; THOMÉ, 2018).

Dito isto, concentramos nossas discussões, agora, no contexto de criação da Escola de Aprendizizes Artífices, 1909, e suas mudanças de institucionalidades até chegar na ETFRN, 1968, com ênfase nesta última, que servirá de locus para este trabalho. Por meio desta discussão será proposto reflexões acerca da categoria de estudo História de Instituições escolares.

Sobre a importância de estudar a história das instituições escolares, representada aqui pela ETFRN, Gatti Júnior e Gatti (2015, p. 338) afirmam:

A importância de estudar e de investigar as instituições escolares ao longo do tempo prende-se, de um lado, à necessidade de melhor compreensão da forma como foi buscada a criação de um homem e de uma sociedade novos, seja nos marcos das sociedades liberais, como também naquelas que se organizaram nos marcos do comunismo.

Ainda segundo os autores, a escola seria um equipamento social de grande importância, pois abarca um conjunto de finalidades e práticas realizadas por seus sujeitos, mestres e alunos, “que disseminariam os valores sociais e culturais convencionados em torno da vontade geral, que iriam colaborar, de modo definitivo, para a transformação do indivíduo em cidadão, condição fundamental para o exercício da liberdade” (GATTI JÚNIOR; GATTI, 2015, p. 335). Sendo essas instituições responsáveis, em grande medida, por organizar e “ditar” a vida em sociedade, ou seja, compreender a ETFRN nos ajudaria a delinear o comportamento social estabelecido na Cidade de Natal do século XX e a elaborar um esboço do cenário escolar para as moças na Educação Profissional potiguar.

Quando revisitamos a história da ETFRN, percebemos que ela pode ser confundida com a Instituição atual, localizada no Campus Natal-Central. Já que a ETFRN foi inaugurada em 1967, nas mesmas instalações do atual Campus, na avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol. Logo, notamos que a atual configuração é resultado das transformações da instituição desde sua fundação até aos dias atuais (IFRN, 2022).

No ofício circular nº 12/68, emitido em 1º de julho de 1968, endereçado ao Professor Arnóbio Pinto Fernandes, comunicando a mudança de denominação de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, através da portaria nº 331, assinada pelo Ministro da Educação e Cultura, Drº. Tarso Dutra. O ofício é assinado pelo Profº. João Faustino Ferreira Neto¹. As mudanças não aconteceram somente com o novo nome atribuído à instituição. Essas alterações estavam relacionadas na oferta de cursos, assim como o espaço físico.

Para Kuenzer (2008), a formação técnica de nível médio, oferecida nas escolas de segundo grau, no caso as Escolas Técnicas, era ofertada pela profissionalização em áreas definidas. Esta formação supunha que os conhecimentos técnico-científicos tivessem respaldo na educação geral.

Nos documentos oficiais, eram instituídos a participação empresarial nos Conselhos de Ensino das escolas técnicas e de Educação Profissional em geral. O estabelecimento da obrigatoriedade para que a rede de escolas técnicas públicas e privadas poderiam estender o atendimento para além do nível médio, podendo atuar nos níveis básico e pós-médio (neste caso, especialização) (MANFREDI, 2016).

A participação empresarial de forma direta no Conselho de Ensino reflete os estudos de Gatti Júnior e Gatti (2015, p. 329-330), estes afirmam que “desde a década de 1970 até à atualidade, uma época de restrição das finalidades da escola às necessidades da produção de mão de obra especializada e ao desenvolvimento econômico, bem como algumas propostas de redesenho das finalidades escolares no presente”. Logo, a escola estava a serviço do mercado econômico. E, com a Lei n. 9.394/96 e o Decreto n. 2.208/97, teve-se o aparato legal para reestruturar a configuração para o sistema de Ensino Médio e profissional brasileiro. O aluno poderia cursar o ensino técnico ao mesmo tempo que cursava o colegial (concomitante) ou após sua conclusão (sequencial). De acordo com a autora, os cursos técnicos podiam ser organizados por disciplinas ou com as disciplinas agrupadas em módulos. Cada módulo cursado dava direito a um certificado de qualificação profissional. Os alunos que concluíssem o ensino médio e os módulos que compunham uma habilitação, além do estágio supervisionado, quando exigido, receberiam o diploma de técnico (MANFREDI, 2016).

As intenções descentralizadoras e autonomistas, declaradas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), pretendia-se impulsionar a modernização na Educação Profissional, aproximando-se com os setores produtivos, assim, inserindo as escolas técnicas na lógica do mercado e da autonomia financeira (MANFREDI, 2016).

Neste último, entendia-se a não dependência de recursos da União. Assim, estimulava a realização de convênios entre empresas e escolas para o desenvolvimento de programas de educação básica e de qualificação dos trabalhadores; incentivar, nas empresas, a utilização de multimeios como recurso adicional de oferta de oportunidades educacionais para os trabalhadores, visando à educação básica e à requalificação ou reconversão profissional (MANFREDI, 2016).

Assim, como resultado dessas discussões que aconteciam no âmbito nacional, não foi diferente o que ocorria no cenário local. Com passar dos anos, a ETFRN além da oferta de cursos industriais básicos e a ascensão do ensino profissionalizante de 2º grau; outra mudança foi o ingresso de estudantes do sexo feminino nos cursos regulares da Instituição, a partir de 1975 com a matrícula da aluna Nelma Sueli Marinho de Bastos no curso de Edificações. (IFRN, 2021). No ano de 1976 “a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte decidira romper com a tradição, permitindo a inscrição de mulheres nos exames de seleção para ingresso nos seus cursos técnicos” (MEDEIROS, 2011, p. 99).

De acordo com Medeiros (2011, p. 99) “naquele ano, entre os 1.504 inscritos, que disputavam as 500 vagas oferecidas no 1º ano do ensino técnico, 607 eram do sexo feminino, tendo sido aprovadas 129 candidatas, o equivalente a 26% da clientela ingressante”. Observe por meio do número de inscrições o interesse do público feminino em ingressar na instituição, apesar de ser o primeiro ano.

Ainda sobre esse primeiro momento, período que compreendia a ETFRN, a escola era organizada em 7 diferentes cursos técnicos: Estradas, Mineração, Mecânica, Eletrotécnica, Edificações, Saneamento e Geologia; desses cursos, Edificações, Saneamento e Estrada eram os que possuíam o maior número de alunas, já os cursos que com o menor número de meninas eram os de Mecânica e Eletrotécnica (MEDEIROS, 2011).

Essa informação nos possibilita a realização de prospecções sobre o perfil das alunas que ingressam na ETFRN dos cursos, interesses, aceitação social e oportunidades no mercado de trabalho. Entretanto, os dados disponíveis não se aprofundaram na participação feminina (MEDEIROS, 2011).

Segundo Cunha (2005), a divulgação dos cursos profissionalizantes de 2º grau foi feita de forma tal que aqueles ligados ao setor industrial eram os mais enfatizados. Essas mudanças desvalorizavam as famílias de classe média dos cursos profissionais, associados à formação de operários. Por isso, foi empreendida uma campanha de valorização do ensino profissionalizante, pela valorização do trabalho do técnico, na intenção de diminuir as diferenças que eram atribuídas a este e àquelas profissões para as quais preparavam para o ensino superior (CUNHA, 2005).

Quanto às mudanças de institucionalidade, estas são demonstradas por Oliveira, Pereira, Demoly, Costa (2020) que analisam as principais alterações do atual IFRN, entre 1910 e 2018. Eles identificaram suas fases e eventos marcantes ao longo da trajetória organizacional, analisando as principais estratégias implementadas e seus processos de formação. A partir desse estudo, percebemos três (03) fatos marcantes, os quais foram: *Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)*; *Primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP)*; - *Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico PROTEC*.

Apontados esses fatos, destacamos o Art. 1º, da lei citada acima, onde temos a definição que educação deve abranger “os processos formativos que se desenvolvem na vida

familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Em face desse contexto, no ano de 1988, iniciou-se o projeto de reformulação curricular da ETFRN, quando o Ministério da Educação, por meio da Secretaria Nacional de Educação Média e Tecnológica (Semtec), decidiu revisar a parte de formação especial, abrangendo inclusive as grades curriculares, conteúdos programáticos, perfis profissionais, metodologia, avaliação do processo ensino-aprendizagem (PEREIRA; FRANÇA, 2015).

A implementação da Proposta Curricular da ETFRN, elaborada no período 1993 a 1994, foi organizada de forma coletiva e colaborativa. De acordo com Pereira e França (2015), a Proposta Curricular rompeu com a rigidez da estrutura dos cursos técnicos em nível médio organizados em regime seriado semestral, voltados estritamente para a ocupação de postos específicos no mercado de trabalho.

E, em relação à primeira expansão da Educação Profissional, esta ocorreu nas duas décadas finais do século passado, proposta na presidência de José Sarney (1985-1990), por meio do lançamento do Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico (PROTEC), no bojo da execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República. Conforme Queiroz e Souza (2017), PROTEC como parte do panorama nacional da época, inserido nos documentos oficiais produzidos pelo governo federal (QUEIROZ; SOUZA, 2017).

A implantação do PROTEC era justificada nas alegações de que estas escolas deveriam atender tanto às demandas provenientes da expansão e modernização da indústria, agricultura e serviços, como também à entrada da população jovem no mercado de trabalho (QUEIROZ; SOUZA, 2017).

Portanto, a criação do PROTEC estava ligada a interesses mais políticos que técnicos e sociais, ficando explícito o critério clientelista em que foi edificado. Ainda de acordo com Queiroz e Souza (2017), além de apresentar a proposta de expansão do ensino técnico como suporte em atenção ao mercado de trabalho, também estava delegado à essas escolas, o domínio efetivo da técnica e o aprimoramento dos processos tecnológicos, o que revela a concepção produtivista e tecnicista de educação implantada por meio do PROTEC.

Reiteramos que a configuração atual da Instituição é resultado das transformações educacionais e societárias, desde a sua formação em 1910. Vários nomes foram atribuídos

nessa trajetória que completa 113 anos de existência em 2023. Os autores identificaram que esse processo ocorreu a partir de ações pautadas e foram adaptadas resultantes da organização dos governos e de seus dirigentes.

Para um traçado do contexto geral, temos o seguinte resumo: inicialmente, tivemos a implementação de uma instituição (*Escola de Aprendizizes Artífices*), direcionada ao público que tinha como característica a natureza de vulnerabilidade social; depois, outras mudanças que atendiam às perspectivas de adaptação com base na relação entre oferta de ensino e mercado de trabalho. Além disso, houve necessidade de reformulações internas em consonância com as novas leis que a normatizam (OLIVEIRA, PEREIRA, DEMOLY, COSTA, 2020).

A partir da década de 90, seguimos com a interiorização proposta pela expansão da rede federal de educação profissional; a formatação da gestão centralizada na Reitoria e da abrangência territorial de suas unidades educacionais no estado do Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, PEREIRA, DEMOLY, COSTA, 2020).

Portanto, devemos considerar que a instituição não estava somente sujeita aos contextos dos períodos vivenciados, como também às normatizações que estabeleciam a sua formatação.

Uma análise do Estado da Arte sobre a presença feminina na ETRN

A metodologia adotada para a construção deste artigo foi guiada por uma abordagem de natureza quantitativa e qualitativa, subsidiada por pesquisas bibliográficas através da revisão de literatura. Esta última tinha o objetivo de mapear as produções acadêmicas acerca do ingresso de estudantes do sexo feminino na ETRN em dois repositórios, a Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sendo estendido posteriormente ao site de busca Google Acadêmico.

No que diz respeito à abordagem qualitativa Minayo (2002, p. 21-22) afirma que a pesquisa se preocupa:

com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço muito profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Minayo (2002, p. 22) continua a discussão enfatizando as diferenças naturais entre as duas metodologias, um trabalho com dados quantificados e a outra com os significados. Contudo, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”, ou seja, o seu uso favorece a produção de trabalhos acadêmicos. Com base nessas informações e na natureza do trabalho aqui desenvolvido, optamos pela junção dos dois métodos.

Para fazer o levantamento das produções acadêmicas, acessamos os repositórios da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Com o auxílio de descritores (*palavras-chave*), iniciamos a busca. Na RBEPT, foram utilizados os seguintes descritores: Feminino, Mulheres, ETFRN e Alunas, no último descrito foi utilizado aspas para gerar mais precisão no resultado da pesquisa. Após cada pesquisa era realizada uma leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos, para dessa forma “filtrar” os trabalhos que teriam alguma relação com a temática.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram utilizados como descritores os seguintes termos, com uso de aspas: “Mulheres na educação profissional”, “alunas ETFRN”, “Mulheres educação profissional” e “Alunas educação profissional”. Assim como no repositório anterior, realizou-se uma leitura mais detalhada, para isso os resumos foram de excepcional importância.

Após o levantamento, construímos o quadro com informações gerais sobre as buscas, descritores, ano de publicação, objetivo e tipo de pesquisa. A reunião dessas informações auxiliou na construção dos resultados da revisão de literatura.

Ao término das consultas nos repositórios e constatando o número incipiente de produções acadêmicas abordando a temática, optou-se por dar continuidade às pesquisas, agora num site de busca, Google Acadêmico, utilizando como descritor: “Ingresso feminino ETFRN”. Corroborando com o caminho adotado para a construção deste artigo, Minayo (2002, p. 67) afirma que “às vezes, nossos dados não são suficientes para estabelecermos conclusões e, em decorrência disso, devemos retornar à fase de coleta de dados para suplementarmos as informações que nos faltam”. Sendo este o fato que orientou a continuidade da pesquisa.

Tomando por base a metodologia utilizada e as pesquisas realizadas nos repositórios, Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) e a Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e, o site de busca Google Acadêmico, sobre a seguinte recorte temático: o ingresso de estudantes do sexo feminino na ETEFRN e, ao analisarmos os resultados, encontramos apenas um trabalho que tinha relação direta, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), produzido no Departamento de Serviço Social da UFRN, no ano de 2017, intitulado “Relações sociais de sexo e educação: o acesso de mulheres ao ensino regular dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte como uma dimensão da luta feminina por direitos sociais”, sob autoria de Luana Brenda da Silva Nogueira.

Para ilustrar esse processo de investigação foi elaborado uma tabela com o nome dos repositórios, descritores, número de trabalhos encontrados e trabalhos relacionados ao tema, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Descritores e resultados

Repositório	Descritor	Nº trabalhos encontrados	Nº trabalhos relacionados com o tema
Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	Feminino	2 trabalhos	0
	Mulheres	13 trabalhos	0
	“Alunas”	2 trabalhos	0
	ETFRN	2 trabalhos	0
Biblioteca Digital Brasileira de Teses Dissertações (BDTD)	“Mulheres na educação profissional”	0	0
	“Alunas ETEFRN”	0	0
	Mulheres educação profissional	10 trabalhos	0
	Alunas educação profissional	29 trabalhos	0
Google Acadêmico	Ingresso feminino etfrn	126 trabalhos	1 trabalho

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras (2022).

Nas pesquisas realizadas na RBEPT tivemos poucos resultados, os trabalhos encontrados por meio dos descritores, em sua maioria, relataram situações de inclusão e

participação das mulheres na Educação Profissional contemporânea, de forma geral ou específica de alguma instituição. Entretanto, nenhuma fazia menção ao ingresso de estudantes do sexo feminino na ETFRN.

As buscas executadas na BDTD utilizaram 4 descritores, ilustrados na tabela 2. Quando colocado como descritor “Alunas ETFRN”, aparece-nos o aviso de sugestão de ortografia para “alunos”.

Com o descritor seguinte, “Mulheres educação profissional”, 10 trabalhos foram encontrados. Após a leitura dos títulos e resumos, foi observado que os trabalhos tratavam sobre mulheres, mas em aspectos diferenciados, como: o Programa Mulheres Mil, atuação de mulheres docentes na educação profissional, Programa de promoção da saúde feminina, participação feminina no PROEJA, Curso Subsequente e integrado em instituições e localidades diferentes.

Com o último descritor, “Alunas educação profissional”, foram encontrados 29 trabalhos, mais uma vez os estudos não tinham relação com a temática pesquisada. As produções acadêmicas identificadas discorriam sobre inclusão de alunos com deficiência na educação profissional, relação da educação profissional e juventude, acompanhamento de alunos egressos, avaliação de cursos profissionais em instituições diferentes. Nota-se a variedade de temáticas discutidas nessas produções acadêmicas, ainda assim, não alcançamos nosso objetivo.

Na esperança de identificar alguns estudos sobre o ingresso de alunas na ETFRN, a busca foi estendida ao Google Acadêmico, com o seguinte descritor: “ingresso feminino ETFRN”. Obtemos 126 títulos. A filtragem foi executada, novamente, com base nos títulos e resumos, entretanto 1 trabalho, a monografia intitulada “Relações sociais de sexo e educação: o acesso de mulheres ao ensino regular dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte como uma dimensão da luta feminina por direitos sociais”, autoria de Luana Brenda da Silva Nogueira, sob orientação da Prof^a. Dra. Antoinette de Brito Madureira, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2017.

Apesar disso, faz-se importante mencionar que mesmo com um número tão reduzido de trabalhos sobre o ingresso do sexo feminino como estudantes da Educação Profissional na ETFRN, apenas 1 trabalho (NOGUEIRA, 2017), foi observado que muitas das pesquisas sobre essa instituição centenária abordavam este “evento” histórico. Contudo, de forma tímida, citando apenas o ano, o modo como ocorreu e o nome da primeira aluna.

Ainda sobre o trabalho produzido por Nogueira (2017), a autora analisou o acesso de estudantes do sexo feminino, ingressantes no ano de 1979, no Ensino Médio Técnico em Edificações. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tinha por objetivo: analisar o processo de dominação do homem sobre a mulher na sociedade e a organização da luta feminista pelo acesso igualitário aos direitos, com ênfase no acesso feminino à educação, mais precisamente, sobre o ingresso de algumas das primeiras alunas da ETFRN. A pesquisa identificou e traçou o perfil de algumas dessas mulheres e avaliou a importância do acesso à instituição para a vida delas.

Nogueira (2017), em seu trabalho, faz uma breve contextualização histórica sobre a escola e a participação das alunas, explicou que antes de acontecer a primeira matrícula de uma mulher como aluna regular da instituição no ano de 1975, já existia a presença delas na ETFRN, está se dava por meio dos Cursos de Intercomplementaridade em parceria com a Secretaria de Educação. Entretanto, a autora utiliza como base para a pesquisa entrevistas realizadas com 5 ex-alunas do Curso de Edificações da ETFRN, ingressantes da turma de 1979.

A partir da leitura realizada sobre os escritos de Nogueira (2017), constatamos que o trabalho discute o ingresso de alunas na ETFRN por meio de entrevistas concedidas por discentes, ex-alunas, embora a abordagem histórica, baseada em documentos institucionais e periódicos, necessite de maior aprofundamento.

Ao término dessa análise observamos a falta de discussão a respeito do ingresso de estudantes do sexo feminino na ETFRN, o tema é pontuado em boa parte dos trabalhos que abordam a história da instituição; entretanto, não existe aprofundamento sobre a temática, restringindo-se apenas ao ano de início do ingresso das estudantes, o nome da primeira aluna e a forma como aconteceu.

Conclusão

Como já mencionava Mary Del Priore (1994), “lugar de mulher é na História”. E, percebemos, que apesar dos grupos de estudos sobre as mulheres terem se ampliado bastante nos últimos anos, as mulheres ainda têm feito esforços para estarem em ambientes da sociedade que são muitas vezes reservados como espaços *considerados* masculinos.

Dito isso, torna-se necessário repensar nesses espaços e permitir que as mulheres exerçam seus papéis sociais, sem julgamentos. Para romper com os estereótipos e/ou negações desses ambientes, é preciso rastrear e resgatar os motivos do apagamento das

mulheres na luta coletiva e examiná-la à luz dos discursos dos sujeitos. Porém, deve-se fugir da história que faz a mulher de vítima ou o inverso. Já que as medições sobre a construção da imagem feminina podem estar pautadas no homem como sujeito de suas falas e a mulher, seu objeto. Por isso, as análises devem ter como suporte o tempo e o espaço (DEL PRIORE, 1994).

Portanto, nesta etapa final da revisão de literatura, refletimos mais amplamente sobre os resultados alcançados, no qual procuramos relacionar as buscas em periódicos por produções acadêmicas referentes ao ingresso de estudantes do sexo feminino na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e o referencial metodológico discutido, gênero, educação para mulheres e história das instituições escolares.

A análise dos dados trouxera informação que nos permitiram refletir, *a priori*, sobre os percalços enfrentados pela mulher para ter acesso a educação, em particular, a mulher potiguar e a educação empreendida pela ETFRN e, em seguida, sobre a escassez de pesquisas que abordassem a temática.

Levando em consideração o crescimento exponencial da categoria de análise “gênero” nas últimas décadas, os resultados alcançados na pesquisa qualificam-se como contraditórios, visto o número reduzido de trabalhos, apenas um, que discutam o ingresso e permanência de estudantes do sexo feminino na instituição, sendo este um evento importante e que demarca grandes mudanças na cultura organizacional da ETFRN.

A escassez e a não problematização deste marco histórico da instituição, ingresso de mulheres como discentes, qualifica uma emergência por pesquisas que esquadrinhe o acesso e a permanência dessas estudantes na ETFRN.

Ao considerarmos a natureza e a complexa dimensão do objeto de estudo que abraçamos, vimos não ser possível a elaboração de conclusões definitivas, nem esta era a nossa pretensão. No entanto, apontamos o desejo de, a partir das pistas de investigação que através deste trabalho foram desveladas, continuar investigando sobre este tema de forma mais completa e minuciosa.

Visto esse levantamento proposto pela temática deste estudo, concordamos com Melo e Thomé (2018), quando elas afirmam que há um imenso volume de mulheres cuja participação na história foi apagada, sem pegada ou indício. E o que sobraram são poucos registros ou histórias individuais das ações de mulheres de grande destaque, mas não

necessariamente de luta coletiva. Dessa maneira, a luta pela visibilidade continua para que lhes sejam concedidos os direitos da participação ativa.

Referências

AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013; p. 555.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. *Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio*. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. *Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. *Lei orgânica do ensino industrial*. Brasília: MEC, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967**. *Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/delo200.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 3.552 de 16 de fevereiro de 1959**. *Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação cultura e dá outras providências*. Brasília: MEC, 1959. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=lei&numero=3552&ano=1959&ato=d9aetqu5umrrvt798>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. ISBN 978-85-393-0302-1. SciELO - Editora UNESP. Edição do Kindle.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na História do Brasil**. Editora Contexto. 1994.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. **Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cortez, nº 86, agosto de 1993, p. 5-14. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/934/939>. Acesso em 31 out. 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.

FATOS E FOTOS DE NATAL ANTIGA. **Liceu e Escola Industrial de Natal**. Fonte: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/liceu-industrial-e-escola-industrial-de-natal/>. Acesso 22 abr 2022.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. **A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente**. Educativa, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553/2591>. Acesso em: 23 abr. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007/fev. 2008.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.23.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica **Rev. katálysis 10 (spe)**. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em 01 abr 2022.

LOURO, Guaracira Lopes. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2002

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. Paco e Littera. Edição do Kindle. 2016.

MELO, Hildete Pereira De; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. FGV Editora. Edição do Kindle. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Luana Brenda da Silva. **Relações sociais de sexo/gênero e educação: o acesso de mulheres ao ensino regular dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte como uma dimensão da luta feminista por direitos sociais**. 2017. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

OLIVEIRA, Rinaldo Medeiros Alves de; PEREIRA, Yákara Vasconcelos; DEMOLY, Karla Rosane do Amaral; COSTA, João Henrique de Paiva. Processo de formação de estratégias: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/6230/pdf>. **Revista de Gestão do Unilasalle**, 2020. Acesso em 11 mar 2022.

PEGADO, Erika Araújo da Cunha (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. Natal: Editora do CEFET-RN, 2006. 138p.

PEREIRA, Ulisséia. Ávila; FRANÇA, Magna. Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos (ETFRN E CEFET-RN): entre o pensar e o fazer. **Revista Holos**, vol. 6, 2015, pp. 328-337.

PORTAL DA MEMÓRIA IFRN. **Cronologia**. Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>. Acesso em 22 abr 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA IFRN. **Jeremias Pinheiro da Câmara Filho**. Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/jeremias-pinheiro-da-camara-filho>. Acesso em 22 abr 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA IFRN. **João Faustino Ferreira Neto**. *Ex-Diretores*. Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/joao-faustino-ferreira-neto>. Acesso em 04 nov 2022.

QUEIROZ, Karla. da S.; SOUZA, Francisco. das Chagas S. **Implantação da UNED/ETFRN em Mossoró**: a primeira expansão da educação profissional federal no Rio Grande do Norte. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 13, p. 170–181, 2017. DOI: 10.15628/rbept.2017.6329. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6329>. Acesso em 23 abr. 2022.

Nota

¹João Faustino Ferreira Neto (1942- 2014) foi o primeiro diretor da Escola Técnica Federal do RN (ETFRN), assumindo o cargo aos 25 anos de idade. Era graduado em Pedagogia e Matemática pela UFRN e pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas e Universidade de Michigan/EUA (PORTAL DA MEMÓRIA DO IFRN, 2022).

Sobre as Autoras:

Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio

Licenciada em Letras (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Literatura Comparada (UFRN, 2009). Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), desde 2009. Especialista em Língua Portuguesa - gramática, texto e discurso (UFRN, 2010). Mestre em Ciências Sociais (UFRN, 2015). Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEP/IFRN). E-mail: daniella.lago@ifrn.edu.br ORCID: 0000-0002-1993-4386

Gilmara Catarine Dantas Costa

Possui licenciatura em Artes Visuais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e especialização em Educação Profissional, atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN) e é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gilmaracatarine@hotmail.com ORCID ID: 0000-0002-0988-3896

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Professora de Didática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEP/IFRN), onde coordena a Linha de Pesquisa História, historiografia e memória da Educação Profissional. Estágio Doutoral e Pós-Doutoral na Universidade de Lisboa. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFRN. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br ORCID ID: 0000-0002-9091-8055

Recebido em: 05/11/2022

Aceito para publicação em: 23/03/2023